



# Câmara Municipal de Rio das Ostras Estado do Rio de Janeiro



## **PROJETO DE LEI Nº 253/2025**

**EMENTA:** Institui diretrizes para a criação do programa "Viva a Orla" no perímetro urbano da Avenida Cristóvão Barcelos, Centro, Rio das Ostras.

**Autoria:** Vereador Rodrigo Jorge Barros

A Câmara Municipal de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** e **EU PROMULGO**, a seguinte:

### **LEI:**

**Art. 1º** Ficam instituídas as diretrizes para a criação do programa "VIVA A ORLA" no perímetro urbano da Avenida Cristóvão Barcelos, Centro, Rio das Ostras, desde a Praça José Pereira Câmara até a Praça São Pedro.

**§ 1º** O programa consiste na possibilidade de interdição temporária da via pública para o exercício de atividades esportivas e recreativas ao ar livre pelos cidadãos.

**§ 2º** A implementação e operacionalização do programa ficará a critério do Poder Executivo Municipal, respeitadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**Art. 2º** São diretrizes do programa "VIVA A ORLA":

- I – promover o lazer, o esporte e a convivência comunitária em espaços públicos;
- II – incentivar a prática de atividades físicas e recreativas ao ar livre;
- III – fortalecer o uso democrático dos espaços urbanos pela população;
- IV – estimular a economia local através do incremento do turismo e da valorização da orla;
- V – criar o circuito cultural, divulgando e promovendo a visita dos principais pontos turísticos, quer sejam:
  - a. Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba;
  - b. Concha Acústica;
  - c. Figueira Centenária;
  - d. Poço das Pedras;
  - e. Paróquia Nossa Senhora da Conceição;
  - f. Shopping de Rua Juamir Moreira Jorge (Feirinha);
  - g. Teatro Municipal Joel Barcellos.



## **Câmara Municipal de Rio das Ostras Estado do Rio de Janeiro**



**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal poderá, quando julgar conveniente e oportuno:

- I – estabelecer calendário para realização das atividades do programa;
- II – definir horários e periodicidade das interdições temporárias;
- III – determinar as condições técnicas e operacionais para implementação do programa;
- IV – designar os órgãos municipais responsáveis pela execução e fiscalização.

**Parágrafo Único.** Na definição do calendário, deverão ser observados o interesse público, as condições de trânsito e o impacto nas atividades comerciais e turísticas locais.

**Art. 4º** Durante a realização das atividades do programa, quando implementado, observar-se-ão:

- I – as regras da Lei Municipal nº 2.006, de 19 de maio de 2017, especialmente quanto à proibição de ruídos sonoros excessivos;
- II – as normas de trânsito e segurança estabelecidas pelo Poder Executivo;
- III – a sinalização adequada das áreas interditadas.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal poderá celebrar parcerias e convênios com entidades sem fins lucrativos para desenvolvimento das atividades do programa.

**Parágrafo único.** As parcerias poderão incluir atividades socioculturais, lúdico-recreativas e lúdico-esportivas adequadas ao espaço público.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de setembro de 2025.

**RODRIGO JORGE BARROS**

Vereador – Autor



# **Câmara Municipal de Rio das Ostras**

## **Estado do Rio de Janeiro**



### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei, ao instituir as diretrizes para a criação do programa "Viva a Orla", representa um avanço significativo na política urbana e social do município de Rio das Ostras. Esta proposição transcende a mera interdição viária, ela se fundamenta nos princípios de cidadania, sustentabilidade e uso democrático do espaço público.

Em um contexto de crescente urbanização, as cidades enfrentam o desafio de equilibrar o fluxo de veículos com a necessidade vital de espaços dedicados ao convívio humano. Diante dessa realidade, o programa "Viva a Orla" responde a essa demanda, transformando a Avenida Cristóvão Barcelos, um eixo de grande relevância urbanística e social, em um corredor de vida e interação comunitária.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde têm reiterado a importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas e no combate ao sedentarismo. Ao oferecer um ambiente seguro e convidativo para caminhadas, ciclismo e outras atividades ao ar livre, o "Viva a Orla" alinha-se diretamente com as políticas públicas de promoção da saúde, constituindo uma estratégia de saúde preventiva de baixo custo e alto impacto social.

Ao tornar a orla um espaço temporariamente livre de veículos, o projeto fortalece os laços sociais e promove a integração de diferentes grupos etários e sociais. Dessa forma, famílias, idosos, crianças e pessoas com deficiência poderão ocupar o espaço de forma equitativa, em um ambiente seguro e acolhedor, reforçando o sentido de pertencimento e a coesão social, elementos essenciais para a construção de uma cidade mais resiliente.

Este projeto de lei possui um claro potencial para impulsionar a economia local. Com efeito, ao criar um evento periódico e atrativo, o programa fomenta o turismo de lazer, incentivando a vinda de visitantes de cidades vizinhas e de outras regiões. O aumento do fluxo de pedestres, dedicados a atividades de lazer e consumo, tende a aquecer o comércio local da orla e de suas adjacências, gerando novas oportunidades de negócios, renda e emprego.

A possibilidade de criação de um circuito cultural, que conectará o lazer à visitação de pontos turísticos como o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba, a Figueira Centenária, o Teatro Municipal, a Feirinha, dentre outros, poderia integrar ainda mais o turismo à dinâmica comercial da cidade, demonstrando um planejamento urbano que considera o desenvolvimento econômico como parte intrínseca do bem-estar social.

É crucial destacar que o projeto de lei confere ao Poder Executivo a prerrogativa de definir a periodicidade, os horários e as condições operacionais do programa, o que garante a segurança jurídica e a viabilidade prática da iniciativa. A lei atua como uma estrutura normativa, permitindo que a gestão municipal implemente a proposta de forma planejada, eficiente e coordenada com as secretarias pertinentes.

Diante de sua relevância estratégica e dos múltiplos benefícios sociais, econômicos e ambientais que oferece, a aprovação deste projeto de lei é uma medida que reafirma o compromisso desta Casa Legislativa com a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos de Rio das Ostras.

Portanto, conto com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 08 de setembro de 2025.

**RODRIGO JORGE BARROS**

Vereador – Autor